



Mentoria Estratégica para o CACD

APOSTILA DE ATUALIDADES

Professora Raquel Medeiros



OUTUBRO/2025

SUMÁRIO

POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA.....	2
TEMAS MULTILATERAIS	2
Segurança.....	2
Meio Ambiente e Energia.....	4
Direitos humanos, Saúde e afins	7
ECONOMIA.....	9
INICIATIVAS DE INTEGRAÇÃO	12
RELAÇÕES BILATERAIS.....	16
EUA	16
Países da América Central e da América do Sul.....	21
Países africanos.....	24
Países asiáticos.....	26
Países europeus e união europeia	29
Países do Oriente Médio.....	31

POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA

13 out

Nomeação de embaixador especial para tecnologia e inovação pelo Brasil. A nomeação do diplomata Eugenio V. Garcia como Embaixador-especial para Tecnologia e Inovação, anunciada em outubro de 2025 por Ministério das Relações Exteriores (Brasil) (Itamaraty), marca a criação de uma nova função dentro da diplomacia brasileira dedicada às agendas emergentes da diplomacia digital, ciência, tecnologia e inovação. O objetivo dessa nomeação é posicionar o Brasil de modo mais ativo na governança global da tecnologia — incluindo inteligência artificial, regulação de dados, cibersegurança e cooperação em inovação — e reforçar o protagonismo do país na articulação Sul-Sul e na atração de parcerias internacionais de P&D. Para o âmbito do exame do Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata (CACD), esse movimento sinaliza uma mudança estratégica na política externa brasileira: da tradicional diplomacia econômica e política para uma diplomacia tecnológica que busca converter inovação em valor geoestratégico, refletindo a necessidade de compreender que temas de ciência e tecnologia já não são “apenas internos”, mas centrais para a inserção internacional do Brasil e para sua capacidade de negociação em blocos e fóruns globais.

TEMAS MULTILATERAIS

SEGURANÇA

2 out

Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE) realiza conferência sobre cibersegurança em Helsinque. A conferência anual da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE), intitulada “**Resilient Cyberspace: Principles, Partnerships, and the Path Ahead**”, realizou-se em Helsínquia, de 30 de setembro a 2 de outubro de 2025. Durante o evento, foram enfatizados três eixos principais: (1) a necessidade de consolidar normas e comportamentos responsáveis de Estados no ciberespaço, (2) o fortalecimento da cooperação multissetorial — envolvendo governos, setor privado, sociedade civil e academia — para construir resiliência digital, e (3) o desafio e a oportunidade colocados pelas tecnologias emergentes, como inteligência artificial, que tanto ampliam os riscos de segurança como oferecem ferramentas para paz e estabilidade.

8 out

Brasil adota nova Política Nacional de Migração, Asilo e Apatridia. A publicação da Política Nacional de Migrações, Refúgio e Apatridia em outubro de 2025 representou um avanço importante para a diplomacia e a política externa brasileira ao concretizar diretrizes integradas para acolhimento, proteção e inclusão de migrantes, refugiados e apátridas, reforçando tanto a dimensão de direitos humanos quanto a de segurança fronteiriça e cooperação internacional — o documento enfatiza a coordenação entre União, Estados e municípios, a participação social e o

tratamento interseccional da mobilidade humana, demonstrando que o Brasil busca se posicionar no cenário internacional como polo de acolhida no Sul Global, enquanto internaliza os desafios da migração contemporânea, numa agenda que articula questões humanitárias, de integração socioeconômica e de soberania estatal.

10 out

Escalada de confronto fronteiriço entre Paquistão e Afeganistão. O conturbado trecho da Linha Durand voltou a registrar combates intensos entre as forças paquistanesas e tropas afegãs (ligadas ao regime talibã), marcada por bombardeios aéreos do Paquistão em território afegão — inclusive na capital Cabul — e retaliações através de ataques contra postos militares paquistaneses em Spin Boldak e Kurram; em meio a esse ciclo de violência, o Paquistão fechou várias passagens fronteiriças. O episódio ilustra a intensificação das tensões bilaterais alimentadas por acusações mútuas de apoio a grupos insurgentes — em especial o Tehrik-e-Taliban Pakistan (TTP) — e reveste se de grande importância para o contexto de segurança regional: para o exame do CACD, este conflito oferece um exemplo de como disputas de fronteira, terrorismo transnacional e disputas de soberania cruzam a linha entre segurança nacional e segurança internacional, exigindo que o Brasil e outros atores diplomáticos considerem não apenas as dimensões regionais imediatas, mas também o risco de escalada, desestabilização e impacto sobre fluxos migratórios, refugiados e cooperação antiterrorista.

17 out

Resolução S/RES/2794 (2025) do CSNU sobre a situação no Haiti, relacionada a regime de sanções naquele país. A resolução S/RES/2794 (2025) renovou por mais um ano o regime de sanções do Conselho sobre o Haiti — que inclui embargo de armas, proibição de viagens e congelamento de ativos — em resposta à grave escalada da violência de gangues, homicídios, sequestros, tráfico de pessoas e à persistente impunidade no país. Ao atualizar o regime sancionatório, o texto também designou dois indivíduos adicionais envolvidos em atividades que ameaçam a paz, segurança e estabilidade haitianas. Esse instrumento evidencia o entendimento do CSNU de que questões de segurança doméstica — mesmo que tipicamente classificadas como internas — podem assumir dimensão de “manutenção da paz e segurança internacional” quando atingem níveis críticos, e sublinha a relevância de mecanismos de ação coletiva, sob o Capítulo VII da Carta da ONU, para responder a crises híbridas entre segurança pública, criminalidade organizada e colapso institucional.

28 out

Operação policial em favelas do Rio de Janeiro (“Operação Contenção”). Uma grande ação de segurança pública estadual, contra o Comando Vermelho, foi lançada no complexo do Alemão e Penha. A repercussão internacional, inclusive por peritos da Nações Unidas, reforça como desafios internos de segurança pública afetam a reputação e a visão externa do Brasil — algo relevante à diplomacia de imagem e cooperação internacional.

30 out

CSNU emite uma forte condenação ao ataque do Rapid Support Forces (RSF) na região de al-Fashir, Norte do Sudão. A declaração do CSNU de 30 de outubro de 2025 expressou profunda preocupação “às atrocidades em larga escala, incluindo motivações étnicas”, cometidas pela RSF após a tomada de El Fashir, e condenou os “relatados assassinatos sumários, detenções arbitrárias e cerco prolongado à população civil”, exigindo acesso humanitário irrestrito, proteção de civis e responsabilização dos autores, bem como reafirmando o compromisso com a soberania, unidade e integridade territorial do Sudão.

31 out

Resolução S/RES/2795 (2025) do CSNU relativa à situação na Bósnia e Herzegovina. Adotada por unanimidade em 31 de outubro de 2025, a Resolução S/RES/2795 do Conselho de Segurança da ONU renovou por mais um ano o mandato da força de estabilização liderada pela União Europeia (EUFOR Althea) na Bósnia e Herzegovina, reafirmando o compromisso internacional com a preservação da soberania, da integridade territorial e da ordem constitucional do país. O texto autoriza os Estados-Membros a “tomar todas as medidas necessárias” para garantir a segurança da missão e a plena implementação do Acordo de Dayton, que encerrou a guerra civil de 1992-1995, e destaca o papel complementar da presença da OTAN na manutenção da estabilidade regional. A resolução reflete a persistência das fragilidades institucionais e étnicas bósnias e o entendimento de que a paz nos Bálcãs continua a depender da supervisão internacional; ao mesmo tempo, ilustra como a ONU articula instrumentos de segurança coletiva e cooperação regional — aspecto central para compreender o funcionamento contemporâneo da governança global em matéria de segurança e defesa, tema recorrente no CACD.

MEIO AMBIENTE E ENERGIA

07 out

A geração de energia renovável (solar + eólica) ultrapassou pela primeira vez a geração por carvão no mundo, segundo relatório internacional. A constatação de que as energias renováveis — principalmente solar e eólica — ultrapassaram pela primeira vez a geração de eletricidade a partir do carvão no mundo, de acordo com relatório da Ember para o primeiro semestre de 2025, representa um marco histórico na transição energética: o crescimento de 31% da energia solar e de cerca de 7 % da eólica, que somaram mais de 400 TWh adicionais, supriu integralmente o aumento da demanda elétrica global (+2,6%), enquanto a produção a carvão recuou ligeiramente. Para o Brasil, este dado é duplamente relevante: mostra que o cenário mundial está mudando mais rápido do que se imaginava, o que cria pressão para que o país alinhe sua matriz energética e política externa de energia às novas realidades; ao mesmo tempo, abre oportunidade diplomática para o Brasil posicionar-se como protagonista da transição nos países em

desenvolvimento, aproveitando seus recursos em renováveis e biocombustíveis para articular alianças e atrair investimentos.

14 out

Brasil enfatiza a urgência do financiamento para a ação climática. O ministério do Meio Ambiente do país afirmou que a preparação para a COP30 exige alinhar metas de clima com recursos concretos. O anúncio do United Nations Environment Programme (UNEP) de que a adaptação climática em países em desenvolvimento está gravemente atrasada, com a lacuna de financiamento comprometendo vidas e economias, evidencia que a resposta internacional à crise climática está cada vez mais marcada pela urgência e pela desigualdade: segundo o relatório citado, são necessários cerca de US\$ 280 bilhões por ano só para proteger florestas, enquanto os recursos disponíveis atualmente ficam muito aquém desse montante. Essa constatação reforça para o Brasil — próximo anfitrião da COP30 — a importância de não apenas liderar discursivamente, mas estruturar mecanismo de financiamento concretos e robustos para cumprir seu papel diplomático e de liderança no Sul Global.

16 out

UNEP lança programa “Net-Zero Nature-Positive Accelerator” com US\$ 100 milhões em financiamento inicial, para acelerar ações integradas de clima + biodiversidade. O programa visa apoiar 12 países (entre eles Chile, Costa Rica, México, Indonésia, Nigéria e Viet Nam) a integrar as agendas de mitigação de emissões, biodiversidade e natureza nos seus planos nacionais, através de uma plataforma global de compartilhamento de conhecimento, inovação, construção de capacidade e projetos em nível nacional, com compromisso de restaurar ou melhorar a gestão de cerca de 1 milhão de hectares e reduzir aproximadamente 75 milhões de toneladas de CO₂.

Belém/Pré-COP: O Brasil, como presidência da COP30, realizou em 15 e 16 outubro consultas ministeriais e de chefes de delegação em Brasília e virtualmente. A realização, em 15 e 16 de outubro de 2025, das consultas ministeriais e de chefes de delegação em Brasília pela presidência brasileira da COP30 representou um movimento estratégico de diplomacia climática, ao reunir ministros e delegações para “alinhar visões”, tratar de temas mandatados (como o art. 2.1(c) do Acordo de Paris, tecnologia, gênero e perdas & danos) e consolidar o caminho rumo à conferência em Belém, configurando-se como plataforma de articulação de posições, construção de consenso e de marcação do protagonismo brasileiro no evento multilateral.

Proposta brasileira de declaração global sobre “combustíveis sustentáveis” para o COP30. A iniciativa brasileira — anunciada em outubro de 2025, com o nome “Belém 4× Pledge” — propõe que os países participantes da COP30 se comprometam a quadruplicar até 2035 a produção e o uso de “combustíveis sustentáveis” (incluindo biocombustíveis, biogás, hidrogênio e e-combustíveis) em relação a 2024, como forma de acelerar a

transição energética e atacar os setores de difícil descarbonização. O Brasil apresenta-se assim não apenas como anfitrião da conferência, mas como articulador de um novo eixo diplomático que une energia, tecnologia e meio ambiente, oferecendo seu domínio em biocombustíveis como vantagem comparativa. Contudo, a proposta gera controvérsia — críticos alertam que expandir biocombustíveis em larga escala pode agravar desmatamento, insegurança alimentar e usar água em excesso, devendo, portanto, estar acompanhada de salvaguardas robustas de biodiversidade e justiça social.

21 out

União Europeia: Ministros da UE aprovaram conclusões preparatórias para a COP30, definindo posição negociadora e estrutura de atuação para a conferência. As conclusões aprovadas pelo Conselho de Meio Ambiente da União Europeia em 21 de outubro de 2025 consolidam a posição europeia para a COP30, com ênfase na necessidade de manter o aquecimento global dentro do limite de 1,5 °C, acelerar a transição energética justa e ampliar o financiamento climático destinado aos países em desenvolvimento. O documento prioriza a triplicação da capacidade global de energias renováveis, a duplicação da eficiência energética até 2030 e a eliminação gradual dos subsídios a combustíveis fósseis, reafirmando o compromisso europeu com mitigação, adaptação e justiça climática. Para o Brasil, anfitrião da COP30, essas conclusões delineiam o horizonte das negociações e indicam tanto oportunidades de convergência — como a pauta de financiamento e transição justa — quanto potenciais divergências, sobretudo na velocidade da descarbonização e na defesa do desenvolvimento sustentável em países do Sul Global, aspectos essenciais para compreender as dinâmicas diplomáticas da conferência e os desafios da política externa ambiental brasileira.

28 out

A UNFCCC divulgou que os novos planos climáticos nacionais registrados devem iniciar a queda das emissões globais em ~10% até 2035 — embora ainda sejam insuficientes. O alerta do United Nations Environment Programme (UNEP) de que a adaptação climática em países em desenvolvimento está atrasada e que a lacuna de financiamento compromete vidas e economias denuncia que, embora haja avanços no planejamento de políticas de adaptação, os fluxos financeiros públicos internacionais restantes (~US\$ 26 bilhões em 2023) ficam **12 a 14 vezes abaixo** da necessidade estimada (~US\$ 310-365 bilhões por ano até 2035), o que coloca vulneráveis -- desde comunidades costeiras até agricultores de base -- expostos a impactos extremos como inundações, secas e elevação do nível do mar.

29 out

UNEP alerta que a adaptação climática em países em desenvolvimento está atrasada e que a lacuna de financiamento compromete vidas e economias.

31 out

A ministra do Meio Ambiente do Brasil, Marina Silva, instou chefes de Estado que participarão da COP30 a enviarem

mensagem clara sobre a transição energética e desativação gradual de combustíveis fósseis. A ministra Marina Silva afirmou que o Brasil espera que os chefes de Estado participantes da COP30 cheguem ao evento com “uma mensagem forte” sobre ****transição energética, restauração de biomas e descomissionamento justo, planejado e gradual dos combustíveis fósseis**”. Em seu posicionamento, ela enfatizou que essa desativação planejada de combustíveis fósseis deve ser acompanhada de investimentos, planejamento e justiça social, não se sustentando apenas na “linguagem” ou no discurso simbólico.

DIREITOS HUMANOS, SAÚDE E AFINS

8 out

United Nations Human Rights Council conclui 60ª sessão com 35 resoluções adotadas. A 60ª sessão regular do Conselho de Direitos Humanos da ONU, encerrada em 8 outubro de 2025, marcou-se pela adoção de 35 resoluções, uma decisão e uma declaração presidencial, após quatro semanas de intensos debates e diálogos interativos com especialistas em mandatos especiais, agências de monitoramento e sociedade civil. Dentre os textos aprovados, a grande maioria (aproximadamente 81%) foi adotada por consenso, o que evidencia tanto a centralidade do tema dos direitos humanos na agenda multilateral quanto as tensões persistentes sobre sua implementação prática. O relatório sumariza que o Alto-Comissário para os Direitos Humanos alertou para o retrocesso em compromissos multilaterais, a crescente normalização de cadeias de violações sistemáticas — desde restrição da liberdade de expressão até violência de gênero e perseguição a minorias — e a necessidade de revitalizar o sistema global de direitos humanos. Para o Brasil e para candidatos ao CACD essa sessão é relevante por três razões: primeiro, reafirma que a diplomacia de direitos humanos exige não só posicionamento discursivo, mas participação ativa em mecanismos normativos internacionais; segundo, permite ao Brasil pensar sua atuação tanto como defensor de regras internacionais quanto como alvo de recomendação em seu próprio Relatório Periódico Universal (UPR); terceiro, mostra que as resoluções passaram a abarcar agendas emergentes — como tecnologias, ambiente de dados, formação de opinião e proteção de defensores — o que amplia o escopo da política externa e dos desafios de diplomacia no século XXI.

10 out

María Corina Machado ganha o Prêmio Nobel da Paz 2025 “por sua luta pelos direitos democráticos na Venezuela”. O Prêmio Nobel da Paz 2025 foi concedido a María Corina Machado “por seu incansável trabalho em promover os direitos democráticos para o povo da Venezuela e por sua luta para alcançar uma transição justa e pacífica de uma ditadura para a democracia”. Como líder da oposição venezuelana, Machado tornou-se uma figura unificadora num cenário político profundamente fragmentado e sob forte

repressão, o que a comitê norueguês qualificou como “um dos mais extraordinários exemplos de coragem civil na América Latina nos últimos tempos”. Para a diplomacia brasileira e para os que estudam política externa e direitos humanos no âmbito do CACD, essa premiação revela múltiplas camadas: primeiro, reflete como a defesa de democracia e direitos civis ultrapassa as fronteiras nacionais e torna-se parte da agenda global de direitos humanos; segundo, evidencia como o Brasil, na sua inserção regional latino-americana, deve reparar os efeitos simbólicos e práticos de tal reconhecimento — ou seja, como interage com regimes autoritários vizinhos ou aliados, qual postura adota nas instâncias internacionais e como projeta sua própria imagem de país defensor de valores democráticos; terceiro, o episódio acentua o vínculo entre diplomacia, política - interna e externa - e justiça internacional, exigindo que o futuro diplomata entenda não apenas tratados ou negociações comerciais, mas os processos de legitimação de regimes, as estratégias de oposição e o papel da sociedade civil global.

13 out

Novas regras brasileiras para pesquisa com seres humanos — Decreto Nº 12.651/2025 institui o Sistema Nacional de Ética em Pesquisa envolvendo Seres Humanos (SINEP). O Decreto 12.651/2025 regulamenta a Lei Nº 14.874/2024 e institui o SINEP, sob coordenação do Ministério da Saúde, estabelecendo uma nova governança ética em pesquisa com seres humanos no Brasil, que comporta duas instâncias — uma nacional (Instância Nacional de Ética em Pesquisa) e outra de análise (Comitês de Ética em Pesquisa, CEPs) — além de plataforma eletrônica unificada, classificação de risco para protocolos e regras específicas para grupos vulneráveis. A iniciativa representa um avanço no fortalecimento da proteção dos participantes, maior previsibilidade regulatória para pesquisas clínicas e científicas, e sinaliza inserção do Brasil em marcos globais de ética em saúde; no entanto, o documento também suscitou alerta do Conselho Nacional de Saúde sobre retrocessos potenciais — como restrições ao fornecimento pós-estudo e mudanças no modelo de governança da ética em pesquisa.

Presidente Lula participa do World Food Forum e da reunião da Global Alliance Against Hunger and Poverty.

22 out

Especialista da Office of the United Nations High Commissioner for Human Rights denuncia o contínuo alvo de trabalhadores de saúde e instalações médicas em zonas de conflito. Em comunicado, o Relator Especial sobre o direito à saúde apelou para que os Estados-parte e todos os atores envolvidos nos conflitos reconheçam que “a violência contra profissionais e infraestruturas de saúde mina o direito à saúde, agrava crises humanitárias e impõe consequências de longo prazo para sociedades inteiras” — ressaltando que a impunidade persiste, já que muitos perpetradores não respondem por tais atos. Esse alerta tem implicações diretas para o estudo de política externa no

âmbito do CACD, pois realça como a proteção dos direitos humanos, em especial no contexto da saúde em emergências — internamente ou em missões de cooperação — se converte em tema diplomático, exigindo do Brasil e de seus diplomatas uma atuação tanto normativa (defesa de convenções e normas internacionais) quanto operacional (cooperação humanitária e assistência técnica).

ECONOMIA

Acordo de adesão da Organisation for Economic Co-operation and Development (OECD) – Convenção Multilateral para Prevenir a Erosão da Base e Transferência de Lucros (BEPS). A adesão do Brasil, em 20 de outubro de 2025, à Convenção Multilateral da OCDE para Prevenir a Erosão da Base e a Transferência de Lucros (BEPS) representa um passo significativo na modernização da política tributária internacional do país e no alinhamento às boas práticas da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. O instrumento permite a atualização simultânea de tratados de bitributação para combater abusos fiscais e reduzir brechas utilizadas por multinacionais, reforçando a transparência e a segurança jurídica nas relações econômicas internacionais. Para a política externa brasileira, a assinatura consolida a estratégia de aproximação gradual à OCDE e sinaliza o compromisso do país com normas globais de governança econômica, fortalecendo sua credibilidade junto a parceiros comerciais e investidores — um marco de diplomacia econômica contemporânea, que combina regulação, previsibilidade e integração institucional.

20 out

Para aprofundamento:

- A convenção, oficialmente a Multilateral Convention to Implement Tax Treaty-Related Measures to Prevent Base Erosion and Profit Shifting (MLI), foi desenvolvida no âmbito da OECD/G20 para permitir a atualização rápida de tratados bilaterais de imposto entre países, incorporando padrões mínimos relativos a abuso de tratados, estabelecimento permanente artificial e mecanismos-hiper-útil na evasão fiscal internacional.
- Ao assinar, o Brasil passa a integrar o conjunto de jurisdições que se comprometem a modernizar seus tratados tributários — no caso brasileiro, o instrumento permitirá a atualização de 26 acordos de bitributação (DTAs) dos quais o país é signatário.
- Operacionalmente, isso significa que, uma vez ratificado internamente (via Congresso Nacional, no caso do Brasil), os tratados modificados pela MLI terão cláusulas que visam reduzir a chamada “erosão da base tributária” e a “transferência de lucros” de empresas multinacionais, promovendo maior transparência, previsibilidade e alinhamento às normas tributárias internacionais.

- Para a diplomacia econômica brasileira, essa assinatura representa dois vetores: (i) um alinhamento à governança global tributária, reforçando imagem de país que coopera nas normas internacionais; (ii) um instrumento que pode favorecer a atração de investimentos estrangeiros, uma vez que tramitará sob maior previsibilidade de tributação, apesar de também impor exigências a multinacionais que operam no Brasil ou com sede no país.

- No contexto do exame para o Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata (CACD), esse tipo de iniciativa mostra como a política externa econômica do Brasil não se restringe a comércio e investimentos, mas também abrange tributação internacional, regulação global e cooperação multilateral — áreas que cada vez mais se cruzam com diplomacia tradicional.

7 out

Brasil prevê crescimento de 2,4% em 2025, superando média da América Latina e Caribe. Segundo o relatório *Latin America and the Caribbean Economic Outlook* do Banco Mundial, o Brasil deve registrar crescimento de 2,4% em 2025, ligeiramente acima da média regional (2,3%) e superior à média das economias avançadas. (agenciabrasil.ebc.com.br) O desempenho é atribuído à recuperação gradual do investimento público e privado, ao aumento do consumo das famílias e à melhora na confiança do mercado, embora persista a preocupação com o endividamento e a produtividade estruturalmente baixa. No contexto da política externa, esse resultado reforça a imagem do Brasil como economia emergente de relativa estabilidade em cenário global incerto, o que amplia sua margem de negociação em fóruns econômicos multilaterais (como G20 e OCDE) e em acordos comerciais regionais, tornando o tema central para a análise de diplomacia econômica no CACD.

9 out

Forte crescimento do crédito no Brasil apesar de taxas de política elevadas. Relatório do Fundo Monetário Internacional (FMI) destacou que o crédito no Brasil cresceu acima das expectativas em 2025, mesmo com a taxa Selic ainda em patamar elevado, impulsionado pelo aumento da renda real, pelo baixo desemprego e pela expansão das fintechs e bancos digitais. (imf.org) O estudo atribui o fenômeno à combinação de fatores estruturais — como maior inclusão financeira, digitalização do sistema bancário e fortalecimento de instrumentos de crédito consignado — com uma política fiscal mais previsível, que reduziu a percepção de risco. No plano da política externa, o resultado tem dupla relevância: internamente, indica resiliência macroeconômica e capacidade de adaptação do sistema financeiro; externamente, projeta uma imagem de estabilidade institucional e confiança, favorecendo a atração de investimentos e fortalecendo o discurso do Brasil como ator econômico sólido no cenário global — ponto crucial para a diplomacia econômica e para o CACD.

10 out

FDI in Figures – relatório da Organisation for Economic Co-operation and Development (OCDE): emissões globais de IDE em queda, mas Brasil figura entre economias

emergentes em alta. O relatório *FDI in Figures – October 2025*, da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), revelou uma redução de cerca de 4% nos fluxos globais de Investimento Direto Estrangeiro na primeira metade de 2025, reflexo da desaceleração mundial, da incerteza geopolítica e do aumento de barreiras regulatórias. (oecd.org) Apesar do recuo global, o Brasil destacou-se entre os países emergentes com crescimento dos influxos de capital estrangeiro, impulsionado por investimentos em energia renovável, infraestrutura e tecnologia. A performance brasileira indica credibilidade econômica e estabilidade relativa no ambiente de negócios, reforçando seu potencial como destino de investimento em um contexto de fragmentação global. Para o CACD, o caso exemplifica o papel da diplomacia econômica em ampliar parcerias e criar condições internacionais favoráveis ao investimento produtivo, além de refletir como o Brasil pode capitalizar sua posição entre os emergentes no redesenho das cadeias globais de valor.

29 out

Índice de confiança da indústria brasileira cai em outubro, segundo Fundação Getulio Vargas (FGV). De acordo com a FGV, o Índice de Confiança da Indústria (ICI) recuou de 90,5 pontos em setembro para 89,8 em outubro de 2025, mantendo-se abaixo do nível neutro de 100 pontos e sinalizando pessimismo entre os empresários. O recuo reflete a piora das expectativas quanto à demanda futura e à produção, influenciada por custos elevados, juros ainda altos e incertezas externas. Apesar da relativa estabilidade do mercado de trabalho, o ambiente industrial segue pressionado pela desaceleração do crédito e por gargalos logísticos e energéticos. Para a política externa brasileira, esse indicador é relevante porque afeta diretamente a competitividade e a capacidade de inserção do país em cadeias globais de valor, além de influenciar o discurso diplomático sobre o ambiente econômico interno — um ponto crucial nas análises econômicas do CACD, que pedem articulação entre conjuntura doméstica e projeção internacional.

17 out

China e Brasil firmam parceria para fortalecer laços comerciais, alvo de US\$ 20 bilhões até 2030. Em reunião realizada em Pequim, representantes dos governos do Brasil e da China anunciaram o fortalecimento de sua parceria econômica, com a definição de uma meta de comércio bilateral de US\$ 20 bilhões até 2030, frente aos cerca de US\$ 12 bilhões registrados em 2024. O acordo prevê ampliação da cooperação em infraestrutura, transição energética, tecnologia verde e agronegócio, além de facilitar investimentos em logística e cadeias produtivas de baixo carbono. Essa aproximação reforça o papel da China como principal parceiro comercial do Brasil e sinaliza o esforço brasileiro em diversificar mercados e consolidar sua presença no eixo Sul-Sul, estratégia coerente com sua diplomacia econômica de autonomia e pragmatismo. No contexto do CACD, a notícia exemplifica a interdependência entre política externa e desenvolvimento econômico, além de demonstrar como o Brasil busca equilibrar sua

inserção entre potências ocidentais e emergentes, articulando ganhos econômicos com projeção internacional.

14 out

Perspectiva global: economia fraca e risco elevado, segundo o World Economic Outlook. O relatório *World Economic Outlook – October 2025*, divulgado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), projeta crescimento global de 3,2% em 2025 e desaceleração para 3,1% em 2026, refletindo a combinação de alta persistente de juros, desaceleração do comércio, tensões geopolíticas e políticas industriais protecionistas ([imf.org](https://www.imf.org)). O documento alerta para a fragmentação do sistema financeiro internacional, com crescente regionalização de cadeias produtivas e vulnerabilidade de economias emergentes ao endividamento externo. O FMI também destaca que, apesar da inflação global em queda, os riscos fiscais permanecem elevados, exigindo políticas monetárias cautelosas e coordenação internacional. Para o Brasil, o cenário aponta a necessidade de diplomacia econômica ativa para preservar fluxos comerciais e atrair investimentos em um ambiente global de incerteza — contexto que reforça o papel do país como ator de equilíbrio entre economias avançadas e emergentes, aspecto essencial para a análise de política econômica internacional no CACD.

INICIATIVAS DE INTEGRAÇÃO

3 out

Brasil articula grupos de trabalho para acelerar integração e planejamento na América Latina. Durante a 20ª Reunião do Conselho Regional de Planejamento da CEPAL-ILPES, realizada em Brasília, o Brasil propôs a criação de três grupos de trabalho regionais voltados ao fortalecimento da cooperação em planejamento e integração latino-americana. As propostas envolvem a troca de experiências em políticas públicas, a harmonização de metodologias de planejamento e a ampliação de mecanismos de financiamento para o desenvolvimento sustentável regional. O governo brasileiro também anunciou sua candidatura à presidência da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) para o biênio 2026-2027, reforçando seu papel de liderança regional. Essa iniciativa representa uma retomada ativa da diplomacia de integração latino-americana — centrada não apenas em comércio, mas também em planejamento estratégico, desenvolvimento e governança institucional, e demonstra o esforço do Brasil em reposicionar-se como articulador da cooperação Sul-Sul e da coordenação regional, eixo central de política externa e tema recorrente no CACD.

10 out

MERCOSUR publica o “2025 Competition Yearbook” sob coordenação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE). O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) coordenou, em nome do Brasil, a publicação do *2025 Competition Yearbook* do MERCOSUL, que reúne análises e experiências das autoridades de defesa da concorrência dos

Estados-membros e associados — Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Bolívia. O anuário aborda práticas antitruste, desafios regulatórios e cooperação institucional, destacando a importância da harmonização de normas para garantir mercados mais competitivos e transparentes no bloco. A liderança brasileira na coordenação do documento reforça sua posição como ator técnico e político central na integração econômica regional, indo além da diplomacia comercial tradicional e avançando na integração regulatória — um eixo cada vez mais relevante da política externa contemporânea e um tema de destaque nas provas do CACD, por evidenciar o papel do Brasil na consolidação de marcos institucionais no MERCOSUL.

Para aprofundar:

- O Yearbook foi publicado em 10 de outubro de 2025, sob coordenação brasileira via CADE.
- O documento foi elaborado no âmbito do Comitê Técnico No. 5 (Concorrência, Proteção ao Consumidor e Salvaguardas Comerciais) do MERCOSUR e reúne reflexões sobre os desafios, boas práticas e avanços da política de defesa da concorrência entre os Estados-membros.
- Inclui artigos técnicos, estudos de caso, entrevistas (por exemplo, com o professor e ex-chair da FTC dos EUA, William Kovacic) e uma troca de experiências entre autoridades nacionais de concorrência.
- O documento enfatiza a **integração regulatória** como componente da integração econômica regional — ou seja, não apenas facilitar comércio ou investimentos, mas harmonizar normas, procedimentos antitruste e cooperação institucional nas investigações de práticas anticompetitivas.
- A publicação é apresentada como instrumento de “aprendizagem conjunta” entre os países do bloco, visando que as autoridades conheçam melhor as realidades vizinhas e fortaleçam seus regimes internos de concorrência.
- Entre os desafios que o Yearbook salienta (explicitamente ou por inferência), podemos destacar:
 - A diferença de **capacidade institucional** entre as autoridades de concorrência dos países-membros: alguns possuem maior estrutura e tradição em enforcement, outros ainda estão em estágio inicial — o que dificulta cooperação plena.
 - A necessidade de **harmonização regulatória**: mesmo com avanço, persistem divergências nas normas, nos procedimentos investigativos e nas sanções aplicadas, o que afeta o funcionamento de mercados integrados no Mercosul.
 - O desafio de **cooperação transfronteiriça em casos complexos**, especialmente em cartéis que afetam múltiplos países e em operações de concentração com efeitos

regionais — demanda maior coordenação, troca de informação, fóruns de consulta.

- A importância de tornar os regimes de concorrência mais **transparentes e previsíveis** para investidores e empresas que operam numa economia regional — elemento que fortalece a integração econômica e a competitividade do bloco.
- O papel da concorrência como instrumento de integração econômica: ou seja, não basta o comércio fluir, é preciso que os mercados funcionem eficientemente, com regras limpas e aplicadas de maneira uniforme — o Yearbook mostra que a concorrência é “infraestrutura institucional” da integração.
- A necessidade de **advocacy e compliance** vis-à-vis sociedade civil, empresas e órgãos regulatórios, para fortalecer a cultura antitruste na região, além da mera aplicação da lei.

16 out

Índia e o Brasil acordam expandir parceria econômica no âmbito do MERCOSUR, com alvo de US\$ 20 bilhões até 2030. Durante reunião em Nova Délhi, o Brasil e a Índia anunciaram a ampliação de sua parceria comercial e econômica no marco do Acordo de Preferências Fixas MERCOSUL–Índia, vigente desde 2009, estabelecendo como meta elevar o intercâmbio bilateral para US\$ 20 bilhões até 2030. As negociações buscam ampliar a lista de produtos contemplados pelas preferências tarifárias e incluir temas como serviços, investimentos, tecnologia verde, energia renovável e facilitação de comércio. A iniciativa reflete o fortalecimento da cooperação Sul-Sul e o interesse mútuo em diversificar parcerias econômicas em um contexto de transição energética e reconfiguração geoeconômica global. Para o Brasil, trata-se de um passo estratégico na consolidação do MERCOSUL como plataforma de inserção internacional e na intensificação das relações com a Ásia emergente — movimento coerente com a política externa de autonomia e multipolaridade ativa, de grande relevância analítica para o CACD.

17 out

Brasil busca integrar os sistemas de energia da América do Sul. Em 17 de outubro de 2025, o governo brasileiro anunciou planos para **expandir a integração elétrica sul-americana**, com foco em interconexões entre o Sistema Interligado Nacional (SIN) e as redes de países vizinhos — Argentina, Uruguai, Paraguai, Venezuela e, futuramente, Bolívia. (argusmedia.com) O projeto prevê o compartilhamento de excedentes de energia renovável, especialmente hidrelétrica e solar, e o uso de infraestrutura existente, como a Usina de Itaipu e as linhas de transmissão transfronteiriças, além da negociação de novos acordos técnicos com a Bolívia, incluindo o aproveitamento da energia da usina de Jirau (RO). A iniciativa representa um avanço na **integração energética regional**, tema estratégico para o Brasil, pois combina **segurança energética, diplomacia de infraestrutura e desenvolvimento sustentável**, reforçando sua posição como

potência energética e articuladora da cooperação sul-americana. No contexto do CACD, esse processo ilustra a ampliação do conceito de integração regional — que agora abrange também **infraestruturas estratégicas, soberania e transição energética**, pilares da diplomacia contemporânea brasileira.

22 out

MERCOSUR e o Canadá retomam as negociações do Acordo de Livre Comércio. As negociações entre o MERCOSUL e o Canadá, retomadas em outubro de 2025, concentraram-se em atualizar os temas tratados nas rodadas de 2018–2019, incorporando novas dimensões da economia global e buscando um acordo comercial abrangente e equilibrado. Entre os pontos centrais discutidos estão o acesso a mercados de bens e serviços, com ênfase na redução de tarifas agrícolas e industriais, e as regras de origem, fundamentais para definir o grau de integração produtiva entre as partes. O Canadá demonstrou interesse em incluir capítulos sobre sustentabilidade ambiental, direitos trabalhistas e economia digital, alinhando-se ao padrão dos acordos de “nova geração”, enquanto os países do MERCOSUL — liderados pelo Brasil — defenderam a importância de cláusulas que garantam tratamento diferenciado, proteção de setores sensíveis e promoção do desenvolvimento. Também foram debatidos temas como compras governamentais, investimentos e facilitação de comércio, com o objetivo de criar um marco jurídico previsível para as empresas. O teor das discussões mostra um esforço de ambos os lados em equilibrar liberalização e proteção regulatória, mas também revela a complexidade de alinhar agendas econômicas distintas: o Canadá busca ampliar sua presença na América do Sul em setores tecnológicos e de energia limpa, enquanto o MERCOSUL — e especialmente o Brasil — veem no acordo uma oportunidade de diversificar mercados e consolidar sua imagem de parceiro confiável em um contexto global de tensões comerciais e reconfiguração de cadeias produtivas.

25 out

Brasil e Bolívia avançam com construção de ponte prometida há 122 anos para impulsionar corredor logístico e comércio com a Ásia. Os governos do Brasil e da Bolívia anunciaram o início das obras da ponte binacional Guajará-Mirim–Guayaramerín, projeto aguardado há mais de um século e considerado estratégico para a integração física sul-americana. A ponte, com 1,2 km de extensão, conectará o estado de Rondônia à região boliviana do Beni, integrando o Corredor Bioceânico Central, que ligará o Atlântico ao Pacífico por via terrestre, reduzindo em até 20 dias o tempo de transporte de mercadorias destinadas à Ásia. O projeto envolve cooperação técnica e financiamento bilateral, simbolizando a convergência entre infraestrutura, diplomacia e desenvolvimento regional. Para o CACD, esse caso é exemplar da diplomacia de infraestrutura brasileira — que articula soberania nacional, integração produtiva e projeção geoeconômica — e demonstra como o Brasil atua como pivô logístico da América do Sul, ampliando sua influência no eixo de integração física continental.

29 out

BID impulsiona a integração digital na América Latina e no Caribe. O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) lançou, em 29 de outubro de 2025, a plataforma IdLAC (Identidad Digital para América Latina y el Caribe), voltada à interoperabilidade de identidades digitais entre países da região e à expansão do acesso seguro a serviços públicos transfronteiriços. A iniciativa visa reduzir barreiras administrativas e estimular a transformação digital de governos, empresas e cidadãos, com potencial para gerar eficiência econômica e integração tecnológica regional. Para o Brasil, membro ativo do BID e principal economia da América do Sul, o projeto representa uma oportunidade de liderar a governança digital latino-americana, ao mesmo tempo em que amplia a cooperação técnica e institucional no eixo Sul-Sul. No contexto do CACD, essa notícia exemplifica a ampliação do conceito de integração regional — que hoje abarca infraestrutura digital, segurança cibernética e inovação tecnológica, refletindo a interdependência entre desenvolvimento econômico e inserção internacional.

28-29 out

Diálogo regional de alto nível sobre integração na América Latina e Caribe. O High-Level Regional Dialogue for Latin America and the Caribbean 2025, promovido pelo International Transport Forum (ITF) da OCDE, foi realizado em Santo Domingo, República Dominicana, nos dias 28 e 29 de outubro de 2025, reunindo ministros, autoridades de transporte e representantes de bancos regionais de desenvolvimento para discutir infraestrutura, logística e conectividade sustentável. O Brasil participou ativamente das discussões, defendendo a ampliação da integração logística sul-americana, a modernização de corredores bioceânicos e o fortalecimento de parcerias público-privadas no setor de transporte. O evento destacou a importância de políticas de transporte resilientes e sustentáveis como alicerce da integração regional e do comércio intrarregional. Para o CACD, esse diálogo é relevante porque evidencia a dimensão estratégica da diplomacia de infraestrutura — uma vertente da integração latino-americana que articula competitividade econômica, conectividade física e desenvolvimento regional sustentável, ampliando o papel do Brasil como articulador de cooperação técnica e logística no subcontinente.

RELAÇÕES BILATERAIS

EUA

6 out

Donald Trump diz que EUA e Brasil “vão muito bem juntos” após ligação com Luiz Inácio Lula da Silva. O presidente estadunidense Donald Trump e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva conversaram por telefone por cerca de 30 minutos, em uma ligação descrita como “cordial e produtiva” por ambas as partes. Durante o diálogo, Lula pediu a revisão das tarifas de até 40%

impostas pelos EUA sobre produtos brasileiros, especialmente aço, etanol e carne bovina, e defendeu a necessidade de “reconstruir a confiança e o diálogo estratégico” entre os dois países. Trump respondeu afirmando que os EUA e o Brasil “vão muito bem juntos” e expressou disposição em “fazer bons acordos” com o governo brasileiro. A conversa marcou o primeiro contato direto entre os dois líderes desde o início das tensões tarifárias e simbolizou uma reabertura diplomática após meses de distanciamento político. Para o CACD, o episódio é ilustrativo da diplomacia presidencial e da capacidade do Brasil de combinar assertividade econômica e pragmatismo político nas relações com Washington, num contexto em que a política externa brasileira busca equilibrar sua inserção entre potências ocidentais e emergentes sem comprometer sua autonomia estratégica.

6 out

Centers for Disease Control and Prevention (CDC) suspende apoio amplo à vacinação contra a Covid-19 nos EUA. O Centers for Disease Control and Prevention (CDC) anunciou a suspensão da recomendação universal de vacinação contra a Covid-19 para todos os adultos saudáveis, adotando uma nova política de “decisão compartilhada” entre paciente e médico. A medida reflete a combinação de queda nos índices de vacinação, aumento da desinformação e pressões políticas internas, além de uma reavaliação da relação custo-benefício em faixas etárias de baixo risco. Especialistas alertaram que a decisão pode comprometer a proteção coletiva e a confiança nas instituições de saúde pública, especialmente após anos de polarização sobre o tema. No plano internacional, o recuo norte-americano afeta a governança global da saúde, reduzindo o papel dos EUA como referência técnica e financiadora de programas de imunização, e abre espaço para maior atuação de organismos multilaterais e de países emergentes — como o Brasil — em iniciativas de cooperação sanitária e diplomacia da saúde, tema relevante para o CACD.

11 out

Paralisação do governo dos EUA começa a afetar a economia. O shutdown do governo federal dos Estados Unidos, iniciado em 1º de outubro de 2025 por impasse orçamentário no Congresso, provocou a suspensão do trabalho de centenas de milhares de servidores, atrasos na divulgação de dados econômicos e prejuízos a setores como aviação e turismo. Estima-se uma perda de até 0,2 ponto percentual do PIB por semana de paralisação, o que pressiona a retomada de negociações entre o Executivo e o Congresso. O episódio revela as fragilidades institucionais do sistema político norte-americano e seus efeitos sobre a economia global, dado o peso dos EUA no comércio e nas finanças internacionais. Para o Brasil, isso reforça a importância de acompanhar os ciclos políticos e orçamentários norte-americanos, que influenciam o câmbio, o investimento estrangeiro e as relações econômicas bilaterais.

15 out

Governadores dos EUA lançam aliança para fortalecer coordenação em saúde pública e emergência. Em resposta à

crescente fragmentação das políticas federais de saúde, quinze governadores norte-americanos, de ambos os partidos, criaram a *Governors Public Health Alliance*, uma coalizão intergovernamental voltada à cooperação em vigilância sanitária, resposta a emergências e programas de vacinação. O grupo busca ampliar a troca de dados epidemiológicos e coordenar esforços regionais diante da redução do financiamento e da atuação federal do *Centers for Disease Control and Prevention* (CDC). Essa descentralização reforça o papel dos estados na formulação de políticas públicas e sinaliza mudanças estruturais na governança da saúde nos Estados Unidos. Para o CACD, o caso é exemplar porque evidencia como tensões entre níveis de governo influenciam a capacidade internacional dos EUA de atuar em regimes globais de saúde, afetando iniciativas multilaterais e abrindo espaço para que países como o Brasil assumam maior protagonismo em cooperação sanitária internacional.

16 out

Declaração conjunta entre os EUA e o Brasil após encontro entre Mauro Vieira (Brasil) e Marco Rubio/Jamieson Greer (EUA) sobre comércio. O ministro das Relações Exteriores Mauro Vieira reuniu-se em Washington com o secretário de Estado dos EUA, Marco Rubio, e o representante de Comércio norte-americano, Jamieson Greer, para discutir a agenda bilateral de comércio e investimentos. Em declaração conjunta, os dois países reafirmaram o compromisso de fortalecer os laços econômicos e concordaram em criar grupos de trabalho setoriais voltados à facilitação de comércio, à harmonização regulatória e à cooperação em energia limpa e inovação tecnológica. O documento também menciona o interesse mútuo em resolver as disputas tarifárias recentes por meio de diálogo técnico e em promover cadeias de valor mais resilientes no Hemisfério Ocidental. O encontro representa uma tentativa de reconstruir o diálogo estratégico Brasil–EUA após anos de tensão comercial, reposicionando o Brasil como parceiro relevante em temas de governança econômica e transição energética — dimensões centrais para a diplomacia econômica contemporânea e para a análise de política externa no CACD.

Para aprofundar:

A **Declaração Conjunta Brasil–Estados Unidos** de 16 de outubro de 2025 marca um esforço de **reconstrução do diálogo econômico e comercial bilateral** após um período de tensões tarifárias e incertezas políticas entre os dois países. O documento reafirma o compromisso mútuo de fortalecer as relações econômicas e criar um **ambiente previsível e cooperativo de comércio e investimentos**, com base em transparência, segurança jurídica e crescimento sustentável. A nota destaca a criação de **grupos de trabalho bilaterais** — com foco em **facilitação de comércio, harmonização regulatória, cadeias produtivas resilientes, energia limpa e inovação tecnológica** —, sinalizando uma agenda mais técnica e pragmática, voltada a

resultados concretos e à reaproximação institucional entre os governos.

Além das questões comerciais, o texto insere a **transição energética e o desenvolvimento sustentável** como novos eixos estruturantes da relação bilateral. Os EUA manifestaram apoio ao papel do Brasil como **líder regional e anfitrião da COP30**, enquanto o Brasil reiterou interesse em aprofundar cooperação em **hidrogênio verde, biocombustíveis e minerais críticos**, áreas nas quais possui vantagens comparativas. O documento também menciona a disposição de ambas as partes em “resolver de forma construtiva” as **disputas tarifárias recentes** — sobretudo nos setores de aço, etanol e alumínio — por meio de diálogo técnico, evitando escaladas unilaterais.

Politicamente, a declaração representa uma tentativa de **retomar o caráter estratégico da parceria bilateral**, que vinha enfraquecido por divergências em fóruns multilaterais e pela ausência de um canal político de alto nível. Ao restabelecer pontes institucionais, o Itamaraty demonstra habilidade em **praticar uma diplomacia de equilíbrio**, combinando firmeza na defesa dos interesses nacionais com pragmatismo na gestão de divergências com Washington.

No plano mais amplo da política externa brasileira, esse documento é um exemplo de **“reaproximação assimétrica e pragmática”** — conceito relevante para o CACD. O Brasil reconhece o peso econômico e geopolítico dos EUA, mas busca conduzir a relação em termos de paridade funcional, explorando sinergias técnico-comerciais e ampliando sua autonomia decisória. Em paralelo, a menção explícita à energia limpa e à inovação coloca o diálogo bilateral dentro da lógica da **nova diplomacia econômica verde**, na qual comércio, clima e tecnologia se tornam dimensões indissociáveis da inserção internacional.

Assim, a Declaração de 16 de outubro de 2025 deve ser lida como **um marco de reequilíbrio nas relações Brasil-EUA**, simbolizando uma retomada de confiança mútua e um reposicionamento do Brasil como parceiro confiável e articulador de soluções em um contexto global de fragmentação econômica e transição energética.

Maioria dos americanos relata alta nos preços, apesar das declarações de Trump sobre o fim da inflação. Uma pesquisa nacional revelou que 75% dos norte-americanos afirmam que seus custos mensais aumentaram entre US\$ 100 e US\$ 749 no último ano, apesar de o presidente Donald Trump declarar publicamente que a inflação estaria “sob controle”. O dado evidencia uma desconexão entre a percepção popular e o discurso oficial, com forte desgaste político para o governo. O persistente aumento do custo de vida pressiona a política econômica e acentua a desigualdade interna — elementos que afetam o posicionamento internacional dos EUA, tanto pela credibilidade de sua política fiscal quanto pela necessidade de projetar estabilidade global. Para

o CACD, a notícia ilustra como a economia doméstica norte-americana e sua política externa estão interligadas, influenciando decisões comerciais e financeiras internacionais.

26 out

Brasil e EUA acordam “imediata” reunião de equipes para buscar solução tarifária. Após encontro bilateral realizado à margem da Cúpula Econômica de Kuala Lumpur, os presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Donald Trump concordaram em estabelecer uma reunião imediata entre equipes técnicas de ambos os países para negociar a reversão das tarifas impostas pelos EUA a produtos brasileiros. As tarifas, fixadas meses antes sob justificativa de “proteção à indústria norte-americana”, atingiram principalmente o aço, o etanol e produtos agrícolas. O entendimento sinaliza um movimento de reaproximação pragmática entre os dois governos, com o Brasil buscando preservar exportações estratégicas e os EUA interessados em evitar tensões comerciais hemisféricas. Para o CACD, o episódio é exemplar da diplomacia econômica de contingência, em que o Brasil procura mitigar efeitos adversos de medidas unilaterais, equilibrando assertividade e cooperação para manter canais de diálogo abertos com uma potência que continua sendo seu principal parceiro comercial fora da Ásia.

28 out

Confiança do consumidor nos EUA cai ao menor nível em seis meses. O índice de confiança do consumidor norte-americano caiu para 94,6 pontos, atingindo o nível mais baixo desde abril de 2025, segundo pesquisa da *Conference Board*. A queda reflete o aumento da preocupação com a disponibilidade de empregos e com a persistência da inflação, sobretudo entre famílias de renda média e baixa. O enfraquecimento da confiança interna indica desaceleração do consumo — principal motor da economia norte-americana — e pressiona o governo a adotar medidas fiscais ou monetárias compensatórias. Para o Brasil, essa retração potencial nos EUA é relevante porque pode reduzir a demanda por exportações e impactar o fluxo de capitais para mercados emergentes, aspectos centrais para a análise da diplomacia econômica no CACD.

31 out

EUA não enviarão representantes de alto nível à COP30 de clima no Brasil. A Casa Branca confirmou que os Estados Unidos não enviarão representantes de alto escalão — como o presidente Donald Trump ou o secretário de Estado — à COP30, que ocorrerá em Belém, Pará, em novembro de 2025. A decisão foi justificada internamente por “prioridades domésticas”, mas amplamente interpretada como sinal de recuo da liderança norte-americana na diplomacia climática, num momento em que países emergentes — especialmente o Brasil, como anfitrião — buscam protagonismo na transição energética global. A ausência de delegação de alto nível fragiliza a posição dos EUA em negociações sobre financiamento climático e redução de emissões, e abre espaço para uma reconfiguração do equilíbrio diplomático nas negociações ambientais, com destaque para o eixo Sul Global (Brasil, Índia,

África do Sul) e a União Europeia. Para o CACD, o episódio é estratégico para compreender como vácuos de liderança internacional criam oportunidades de ação e reposicionamento para a política externa brasileira.

PAÍSES DA AMÉRICA CENTRAL E DA AMÉRICA DO SUL

03 out

Países aprovam Agenda Regional de Governança em Planejamento e Gestão Pública para América Latina e Caribe em Brasília. Reunidos em Brasília durante a 20ª Reunião do Conselho Regional de Planejamento da CEPAL/ILPES, representantes de mais de 25 países da América Latina e do Caribe aprovaram a Agenda Regional de Governança em Planejamento e Gestão Pública para o Desenvolvimento Sustentável, um marco de cooperação voltado ao fortalecimento institucional e à integração das políticas públicas regionais. O documento estabelece quatro eixos estratégicos: (1) governança institucional e coordenação intergovernamental; (2) planejamento com enfoque de longo prazo e visão prospectiva; (3) avaliação e transparência na gestão pública; e (4) formação de capacidades estatais. O Brasil teve papel central na condução dos debates, articulando convergência entre países com diferentes níveis de desenvolvimento administrativo e promovendo o compartilhamento de boas práticas. A iniciativa consolida o país como referência em cooperação técnica e planejamento público na região, reforçando sua estratégia de liderança diplomática por meio da integração institucional e governança multilateral, dimensão muitas vezes cobrada nas provas do CACD ao lado da integração econômica e política tradicional.

3 out

Países da América Latina e do Caribe aprovam ambiciosa agenda ambiental conjunta. Durante a XXIII Reunião do Fórum de Ministros do Meio Ambiente da América Latina e do Caribe, realizada sob coordenação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), representantes de mais de 30 países aprovaram uma agenda ambiental conjunta para orientar as posições regionais nas negociações globais de clima e biodiversidade, incluindo a COP30 em Belém e a UNEA-7. A nova agenda prioriza a transição energética justa, o combate ao desmatamento, a proteção de ecossistemas marinhos, o fortalecimento de mecanismos de financiamento climático e o compartilhamento de tecnologias verdes. O documento reflete uma tentativa de construção de posição regional unificada, com o Brasil desempenhando papel central como futuro anfitrião da COP30. Para o CACD, a notícia é importante porque ilustra a diplomacia ambiental latino-americana em construção, na qual o Brasil atua simultaneamente como articulador regional e ponte entre o Sul Global e as economias desenvolvidas — um exemplo concreto de multilateralismo ambiental e de soft power climático.

07 out

Bolívia e Brasil reforçam colaboração mútua em projetos bilaterais. Os presidentes Luis Arce (Bolívia) e Luiz Inácio Lula

da Silva (Brasil) reafirmaram, durante encontro em La Paz, o compromisso de fortalecer a cooperação bilateral em áreas estratégicas como energia, infraestrutura, meio ambiente e segurança fronteiriça. Entre os temas prioritários, destacam-se a integração elétrica regional, o avanço da construção da ponte Guajará-Mirim–Guayaramerín e projetos de exploração e refino de gás natural e lítio, setores cruciais para ambos os países. O encontro também incluiu discussões sobre políticas de combate ao narcotráfico e de preservação da Amazônia compartilhada. Essa reaproximação reforça a diplomacia de vizinhança brasileira e insere-se em uma lógica de integração produtiva e energética sul-americana, consolidando o papel do Brasil como ator-chave na concertação política e econômica regional — aspecto central para a análise da política externa no CACD, pois evidencia como cooperação técnica e infraestrutura são instrumentos de poder e influência na América do Sul.

9 out

CEPAL alerta que América Latina e Caribe só superarão armadilha de baixa capacidade de crescimento se adotarem nova visão de políticas de desenvolvimento produtivo. Em relatório divulgado em 9 de outubro de 2025, a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) advertiu que a região permanece presa a uma “armadilha de baixa produtividade e crescimento lento”, resultante da desindustrialização precoce, da dependência de commodities e da insuficiente diversificação produtiva. (cepal.org) O documento, intitulado *Panorama das Políticas de Desenvolvimento Produtivo na América Latina e no Caribe 2025*, defende a necessidade de uma nova geração de políticas industriais que combinem inovação tecnológica, sustentabilidade ambiental e inclusão social, articuladas com financiamento público e cooperação regional. Para o Brasil, a análise é especialmente relevante, pois dialoga com a retomada de sua política de neoindustrialização verde e digital, além de oferecer uma base para sua atuação em fóruns regionais e multilaterais. No contexto do CACD, o relatório permite compreender como desafios estruturais da região — como produtividade, desigualdade e vulnerabilidade externa — influenciam a diplomacia econômica e de desenvolvimento brasileira, que busca conciliar liderança regional com inserção global autônoma.

10 out

EUA criam nova força-tarefa de contraterrorismo e antinarcóticos voltada para América Latina. O Comando Sul dos Estados Unidos (U.S. Southern Command) anunciou a criação de uma força-tarefa conjunta de contraterrorismo e antinarcóticos, voltada especificamente para operações na América Latina e no Caribe. A iniciativa, apoiada pelo Departamento de Defesa e pelo Departamento de Estado, busca intensificar a presença norte-americana na região, com foco em interceptação marítima, monitoramento aéreo e cooperação com forças locais no combate ao tráfico de drogas e às redes criminosas transnacionais. Embora os EUA afirmem tratar-se de uma medida de segurança

cooperativa, analistas latino-americanos apontam preocupações quanto à militarização das políticas antidrogas e ao impacto sobre a soberania dos países da região. Para o Brasil, a medida reacende o debate sobre segurança hemisférica e autonomia estratégica, exigindo uma diplomacia capaz de equilibrar a cooperação em segurança regional com a defesa da não intervenção — um tema clássico da política externa brasileira e recorrente nas provas do CACD.

17 out

Perspectiva econômica da América Latina e Caribe revela crescimento moderado e necessidade de consolidação fiscal.

O relatório Regional Economic Outlook for the Western Hemisphere – October 2025, publicado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), projeta que a América Latina e o Caribe crescerão em torno de 2,1% em 2025, ritmo considerado moderado diante de pressões inflacionárias persistentes e do elevado endividamento público regional. O documento destaca a necessidade de consolidação fiscal responsável e de políticas monetárias coordenadas para garantir estabilidade macroeconômica, além de ressaltar a importância de investimentos em produtividade e transição energética para sustentar o crescimento a longo prazo. O Brasil aparece como uma das economias mais resilientes, beneficiando-se da recuperação do consumo interno e de reformas tributárias em andamento, mas ainda enfrentando desafios estruturais em competitividade e investimento público. Para o CACD, o relatório é relevante por evidenciar que a diplomacia econômica regional deve articular estabilidade fiscal, desenvolvimento produtivo e cooperação multilateral — e que o Brasil, ao buscar liderar iniciativas de integração, precisa alinhar sua política externa às condições econômicas regionais.

24 out

Operação internacional liderada pela INTERPOL resulta em 225 prisões por crimes ambientais em vários países latino-americanos.

A INTERPOL anunciou a conclusão da Operação Madre Tierra VII, uma ação coordenada entre forças policiais de nove países da América Latina, que resultou em 225 prisões e na apreensão de toneladas de madeira ilegal, espécies de fauna protegidas e equipamentos de mineração clandestina. A operação concentrou-se em crimes ambientais transnacionais — como desmatamento, tráfico de vida silvestre e mineração ilegal — e contou com o apoio técnico do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e da Organização Mundial das Alfândegas (OMA). A ação evidencia o avanço da cooperação policial e ambiental multilateral na América Latina e o reconhecimento crescente da segurança ambiental como dimensão da governança internacional. Para o CACD, a notícia é relevante porque mostra a confluência entre meio ambiente, segurança e política externa, campos tradicionalmente tratados de forma separada, mas que hoje compõem o núcleo das agendas multilaterais — e nos quais o Brasil tem interesse direto, sobretudo

pela extensão de sua Amazônia e pela liderança regional na pauta ambiental.

PAÍSES AFRICANOS

7 out

Moçambique e Brasil impulsionam comércio bilateral agrícola. Moçambique e Brasil anunciaram a intensificação da cooperação no setor agrícola, com foco no aumento do comércio bilateral, no intercâmbio de tecnologias de produção sustentável e na capacitação técnica de agricultores moçambicanos. O acordo envolve o fortalecimento do Programa de Cooperação Técnica Brasil–Moçambique, que abrange transferência de conhecimento em mecanização agrícola, manejo de solos, bioinsumos e políticas de segurança alimentar. O Brasil também se comprometeu a apoiar projetos de irrigação e a facilitar a exportação de fertilizantes e maquinário agrícola. Essa iniciativa reflete o papel do Brasil como fornecedor de expertise e parceiro de desenvolvimento no eixo Sul-Sul, reafirmando uma diplomacia voltada à solidariedade técnica e à integração produtiva. Para o CACD, o caso é emblemático da diplomacia de cooperação brasileira, na qual a agricultura e a ciência tropical são instrumentos de soft power e de fortalecimento das relações com o continente africano — especialmente no contexto da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

9 out

Rwanda e Brasil assinam Memorando de Entendimento sobre consultas políticas. Os governos do Brasil e de Rwanda assinaram, em Kigali, um Memorando de Entendimento (MoU) para o estabelecimento de consultas políticas bilaterais regulares, com o objetivo de aprofundar o diálogo diplomático e fortalecer a cooperação em temas de interesse mútuo. O acordo prevê encontros periódicos entre os Ministérios das Relações Exteriores de ambos os países, voltados à coordenação em fóruns multilaterais, ao intercâmbio técnico e à ampliação de parcerias em áreas como agricultura, energia renovável, educação e segurança alimentar. A assinatura simboliza o renascimento da política africana do Brasil, com foco em diversificação geográfica e fortalecimento do eixo Sul-Sul. No contexto do CACD, esse episódio ilustra como o Itamaraty busca consolidar pontes diplomáticas no continente africano, combinando presença política, cooperação técnica e aproximação cultural — elementos centrais para a estratégia brasileira de inserção autônoma e para sua projeção como ator do Sul Global.

10 out

África do Sahel: conflito e alterações climáticas forçam milhões a abandonar seus lares. A instituição United Nations Department of Political and Peacebuilding Affairs (UN DPPA) alertou que cerca de quatro milhões de pessoas na vasta região semiárida do Sahel (África) foram forçadas a se deslocar devido à combinação explosiva de conflito armado, fome e alterações climáticas — como seca persistente, degradação da terra e chuvas irregulares. Esse fenômeno destaca a interconexão entre meio

ambiente, segurança humana e migração: numa perspectiva de diplomacia e política externa, mostra-se que os impactos ambientais devem ser considerados como fatores de instabilidade, exigindo que o Brasil e outros atores formulem políticas externas que integrem meio ambiente, cooperação humanitária e segurança. Para o CACD, evidencia a importância de entender que “crise ambiental” e “crise de segurança” já andam juntas, especialmente no Sul Global.

14 out

International Monetary Fund (IMF) e Caucus Africano reafirmam compromisso com resiliência e reforma econômica na África. Durante reunião conjunta em Marrakech, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Caucus Africano — grupo que reúne ministros da Fazenda e presidentes de bancos centrais de 45 países africanos — reafirmaram o compromisso de fortalecer a resiliência econômica e a sustentabilidade fiscal no continente. O relatório do encontro destacou a necessidade de consolidar reformas estruturais voltadas à estabilidade macroeconômica, diversificação produtiva e transição energética, além de ampliar o acesso ao Resilience and Sustainability Trust (RST) — mecanismo de financiamento climático e social do FMI. O Fundo projetou crescimento médio de 4,2% para a África em 2025, embora com fortes disparidades regionais e alto endividamento público (em torno de 65% do PIB). Para o CACD, o episódio é relevante por evidenciar o papel crescente da África na governança econômica global e a oportunidade para o Brasil intensificar sua diplomacia de cooperação Sul-Sul, oferecendo parceria técnica e política em áreas como agricultura sustentável, energia e gestão fiscal — temas centrais na intersecção entre economia internacional e política externa.

17 out

África do Sul celebra dois marcos históricos ao presidir reunião ministerial de meio ambiente do G20. A África do Sul sediou e presidiu, na Cidade do Cabo, a Reunião Ministerial de Meio Ambiente, Clima e Sustentabilidade do G20, tornando-se o primeiro país africano a exercer tal função. O encontro foi considerado histórico por dois motivos: (1) consolidou a Agenda Africana de Sustentabilidade, documento proposto por Pretória para integrar transição energética justa, adaptação climática e erradicação da pobreza; e (2) estabeleceu um mecanismo de cooperação Sul-Sul em financiamento verde, conectando países em desenvolvimento e bancos multilaterais. A reunião enfatizou a necessidade de equilibrar metas climáticas com justiça social e desenvolvimento econômico — princípios alinhados às posições brasileiras. Para o CACD, esse evento é relevante por demonstrar o avanço da liderança ambiental africana em fóruns globais e o espaço crescente para o diálogo diplomático entre Brasil e África do Sul, sobretudo na preparação da COP30, em que ambos buscam projetar a voz do Sul Global nas negociações climáticas.

24 out

África do Sul e Nigéria são retirados da “lista cinzenta” da Financial Action Task Force (FATF) para crimes financeiros.

A Financial Action Task Force (FATF) anunciou a remoção da África do Sul e da Nigéria de sua “lista cinzenta” de países sob monitoramento reforçado por deficiências no combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo. A decisão reflete o progresso desses países na implementação de reformas legais, no fortalecimento de agências de supervisão financeira e na cooperação internacional em matéria de transparência fiscal. A saída da lista deve impulsionar a confiança de investidores estrangeiros e melhorar o acesso a crédito e fluxos de capital, representando um avanço significativo para as duas maiores economias da África Subsaariana. Para o Brasil, a medida amplia as possibilidades de cooperação financeira e comercial com parceiros africanos de relevância crescente no G20 e nos BRICS, ao mesmo tempo em que reforça a importância de boas práticas de governança e compliance na política externa econômica. No contexto do CACD, o caso evidencia como reformas institucionais e reputacionais impactam a inserção internacional e o potencial de cooperação entre países emergentes.

22 – 25 out

Africa Centres for Disease Control and Prevention (Africa CDC) e o governo da África do Sul anunciam a 4ª Conferência Internacional de Saúde Pública na África (CPHIA 2025) em Durban. Realizou-se em Durban, África do Sul, a 4ª Conferência Internacional de Saúde Pública na África (CPHIA 2025), organizada pelo Africa CDC, com o tema *“Caminhando para a Autossuficiência: rumo à Cobertura Universal de Saúde e à Segurança Sanitária no continente”*. O evento reuniu ministros da saúde, pesquisadores, agências multilaterais e representantes da sociedade civil para discutir inovação, vigilância epidemiológica, produção regional de vacinas e financiamento sustentável da saúde pública africana. A conferência enfatizou o fortalecimento da autonomia sanitária africana, em consonância com a agenda da União Africana para 2063, e o papel do Africa CDC como ator continental de governança em saúde. Para o Brasil, que mantém cooperação técnica em vigilância e biotecnologia com países africanos, a CPHIA 2025 representa uma oportunidade de aprofundar a diplomacia em saúde global — um campo em que o país tem tradição e reconhecimento — e de reforçar sua presença estratégica no continente. No contexto do CACD, o caso exemplifica como saúde, desenvolvimento e política externa se entrelaçam na agenda de cooperação Sul-Sul contemporânea.

PAÍSES ASIÁTICOS

6 out

Região da Ásia-Sudeste reforça plataforma para acelerar energias renováveis e industrialização verde. A Agência Internacional de Energias Renováveis (IRENA) anunciou o fortalecimento da Plataforma de Cooperação em Energias Renováveis do Sudeste Asiático, que reúne países da Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) para impulsionar

investimentos em energia limpa e industrialização verde. O relatório divulgado estima que a região precisará investir cerca de US\$ 200 bilhões anuais até 2030 para atingir a meta de obter 50% da eletricidade de fontes renováveis até 2035, reduzindo gradualmente a dependência do carvão e do gás natural. Além de ampliar a segurança energética, o projeto busca fortalecer cadeias produtivas sustentáveis, atrair financiamento verde e desenvolver capacidades tecnológicas regionais. Para o Brasil, esse movimento representa uma oportunidade estratégica de cooperação em bioenergia, biocombustíveis e transição energética justa, áreas nas quais o país detém expertise reconhecida. No contexto do CACD, a notícia evidencia como a Ásia vem se posicionando como pólo dinâmico da diplomacia energética global, o que exige do Brasil uma política externa capaz de articular simultaneamente competitividade tecnológica, credenciais ambientais e alianças com economias emergentes do Indo-Pacífico.

17 out

Filipinas planeja ampliar capacidade de gás e renováveis enquanto a demanda elétrica dispara. O governo das Filipinas anunciou, em 17 de outubro de 2025, planos para expandir substancialmente a capacidade de geração elétrica por meio de gás natural e fontes renováveis, a fim de atender ao aumento previsto de 6,6% na demanda de energia até 2027. A medida busca reduzir a dependência do carvão, que ainda responde por mais de 40% da matriz energética nacional, e fortalecer a segurança energética diante do crescimento industrial e urbano. O plano prevê investimentos em infraestrutura de gás natural liquefeito (GNL), expansão da energia solar e eólica, e incentivos à produção descentralizada de eletricidade. A iniciativa insere as Filipinas no grupo de países asiáticos que buscam equilibrar desenvolvimento econômico e descarbonização, integrando-se à agenda regional de transição energética. Para o Brasil, o movimento representa uma oportunidade de cooperação técnica em bioenergia, etanol e governança energética, consolidando sua presença no Sudeste Asiático. No contexto do CACD, a notícia ilustra o papel crescente da Ásia como eixo da diplomacia energética global, obrigando o Brasil a calibrar sua atuação internacional frente à competição e à convergência de políticas verdes em economias emergentes.

21 out

Sanae Takaichi torna-se primeira mulher primeira-ministra do Japão. Sanae Takaichi, integrante do Partido Liberal Democrático (PLD), foi eleita a primeira mulher primeira-ministra do Japão, sucedendo Fumio Kishida. Considerada uma figura conservadora e próxima do ex-premiê Shinzo Abe, Takaichi prometeu fortalecer as políticas de defesa, acelerar a reforma industrial e tecnológica e adotar medidas para conter a crise demográfica japonesa. Em política externa, ela defende uma postura mais assertiva no Indo-Pacífico, intensificando a cooperação com os Estados Unidos, Índia e Austrália no Quad e ampliando o papel das Forças de Autodefesa diante do avanço militar chinês. A nova liderança feminina também busca equilibrar segurança nacional com inovação econômica, apostando em

tecnologias emergentes como semicondutores e inteligência artificial. Para o Brasil, o momento abre espaço para aprofundar parcerias em tecnologia, energia limpa e cadeias de suprimento, além de reforçar o diálogo com um Japão que combina tradição política conservadora com renovação simbólica. No CACD, a ascensão de Takaichi é um ponto de análise relevante para compreender a reconfiguração da liderança asiática, a inserção japonesa em uma ordem multipolar e as implicações dessas mudanças para a diplomacia econômica e estratégica brasileira.

Relatório do International Monetary Fund (IMF) aponta que a região Ásia-Pacífico resiste, mas enfrenta riscos no crescimento econômico. O relatório *Regional Economic Outlook for Asia and Pacific – October 2025*, publicado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), indica que a região mantém um desempenho relativamente sólido, com crescimento projetado em 4,3% para 2025, impulsionado pelo dinamismo da China, Índia e Sudeste Asiático. (imf.org) No entanto, o documento alerta para riscos crescentes, como tensões geopolíticas no Indo-Pacífico, políticas industriais protecionistas nos EUA e na Europa, e o endividamento corporativo elevado em economias emergentes asiáticas. O FMI também chama atenção para a desaceleração do consumo chinês e o impacto de novas restrições tecnológicas sobre o comércio regional. Apesar desses desafios, a Ásia continua sendo o motor do crescimento global, responsável por mais de 60% da expansão econômica mundial. Para o Brasil, o relatório reforça a importância de diversificar e aprofundar laços comerciais e financeiros com a região, especialmente no contexto de um sistema internacional fragmentado. No CACD, o estudo é útil para analisar a reconfiguração geoeconômica global, na qual a Ásia emerge como eixo central de crescimento, inovação e poder econômico, exigindo do Brasil uma diplomacia econômica mais ativa e estratégica no Indo-Pacífico.

23 out

Luiz Inácio Lula da Silva realiza visita de Estado à Indonésia e enfatiza aposta na Ásia-Sudeste. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva realizou visita de Estado à Indonésia, consolidando uma etapa da nova estratégia de inserção do Brasil na Ásia-Sudeste. (aa.com.br) Durante o encontro com o presidente Prabowo Subianto, os dois líderes assinaram memorandos de entendimento em bioenergia, segurança alimentar, defesa e cooperação marítima, além de reafirmarem o compromisso com o desenvolvimento sustentável e a transição energética. Lula também destacou o interesse do Brasil em estreitar laços com a Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), reforçando a intenção de se tornar parceiro de diálogo do bloco. A visita simboliza a diversificação da política externa brasileira, que busca ampliar sua presença econômica e diplomática no Indo-Pacífico — região cada vez mais central na geoeconomia global. Para o CACD, a viagem à Indonésia é exemplo da diplomacia de projeção global do Brasil, que combina cooperação Sul-Sul, multilateralismo ativo e pragmatismo

econômico, além de demonstrar a importância crescente da Ásia como eixo estratégico da inserção internacional brasileira.

24 out

Brasil visita Malásia para explorar cooperação estratégica e presença na ASEAN. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva realizou visita oficial à Malásia, dando continuidade à sua agenda asiática iniciada na Indonésia. Durante a visita, foram assinados memorandos de entendimento em ciência, tecnologia, educação e transição energética, além de discussões sobre cooperação em bioeconomia e inovação industrial. O encontro com o primeiro-ministro Anwar Ibrahim destacou a intenção do Brasil de se aproximar da Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) como parceiro de diálogo, fortalecendo a presença brasileira no Indo-Pacífico. Lula também enfatizou o papel do Brasil como ponte entre América do Sul e Sudeste Asiático, especialmente em temas como agricultura sustentável, biocombustíveis e tecnologias verdes. Para o CACD, essa visita representa a expansão da diplomacia econômica brasileira para o eixo Ásia-Pacífico, reforçando a ideia de um Itamaraty que busca reposicionar o país em cadeias globais de valor e em arenas multilaterais emergentes, articulando cooperação Sul-Sul, inovação tecnológica e inserção regional estratégica.

31 out

Malásia e Brasil aprofundam laços em tecnologia e inovação. Malásia e Brasil anunciaram o fortalecimento de sua cooperação bilateral em tecnologia, inovação e transição energética, com foco em semicondutores, agricultura inteligente, biotecnologia e energia limpa. O anúncio ocorreu após reuniões entre o ministro brasileiro da Ciência, Tecnologia e Inovação e o ministro malaio de Economia Digital, que discutiram o intercâmbio de startups, o estímulo à pesquisa conjunta e a criação de um Centro Brasil–Malásia de Inovação Verde. A parceria insere-se na estratégia do Brasil de diversificar sua diplomacia tecnológica, aproveitando o dinamismo da Ásia-Sudeste em setores de ponta. Para a Malásia, o acordo reforça sua ambição de se tornar um hub tecnológico regional, reduzindo a dependência de importações e fortalecendo cadeias produtivas locais. No contexto do CACD, o episódio exemplifica a nova dimensão da política externa brasileira, em que ciência, inovação e tecnologia passam a integrar a agenda diplomática ao lado da economia e do meio ambiente — refletindo a crescente importância da diplomacia digital e científica na inserção global do país.

PAÍSES EUROPEUS E UNIÃO EUROPEIA

2 out

Europa luta para acordar defesa comum à medida que ataques híbridos russos se intensificam. Líderes europeus discutiram a necessidade de uma estratégia de defesa coordenada frente a ataques híbridos (drones, sabotagens, ciberataques) atribuídos à Rússia, mas evidenciaram grandes divergências quanto à jurisdição da União Europeia (UE) sobre assuntos de defesa e à

participação da Comissão Europeia. Para o CACD, isso é muito relevante: trata-se da política de segurança e defesa europeia, área que compõe os conhecimentos exigidos em Relações Internacionais e Política Externa Brasileira. Ajuda a entender como a UE se movimenta frente a uma crise de segurança global, quais são os desafios de integração entre Estados-membros, e como o Brasil pode observar ou se posicionar diante de uma Europa mais integrada em defesa.

8 out

Alemanha anuncia oficialmente que não concordará com o ‘Chat Control’ da União Europeia. O governo alemão declarou que votará contra o regulamento proposto da UE sobre o abuso sexual infantil (conhecido como “Chat Control”), que exigiria que plataformas de mensagens escaneiem todo conteúdo compartilhado por usuários — argumento que o ministro alemão da Justiça considera inconstitucional no que tange à privacidade. Para o CACD, esse fato traz dois eixos importantes: (1) mostra como decisões internas de um Estado-membro (a Alemanha) interferem diretamente na política regulatória da UE — boa para analisar “instituições europeias” e “soberania nacional”; (2) ilustra como o tema “governança digital” e “direitos fundamentais” está cada vez mais presente na política externa e interna dos blocos — algo que o candidato a diplomata precisa dominar para pensar a inserção internacional brasileira nas cadeias digitais e de regulação global.

12 out

Novo sistema digital de entrada/saída da UE (EES) entra em operação para viajantes de fora. A partir de 12 outubro 2025, os 29 países da UE que utilizam o sistema adotaram um novo mecanismo digital de controle das fronteiras externas (o “Entry/Exit System”) que substituirá o carimbo manual de passaportes para terceiros-países, com registo eletrónico de dados de entrada/saída. Para o CACD, essa notícia é relevante porque aborda a interface entre migração, fronteiras, tecnologia e integração europeia — temas caros às áreas de Geografia, Política Externa e Comércio Internacional. Também permite ao candidato pensar como o Brasil, na sua política externa, pode lidar com uma Europa que regula cada vez mais o acesso externo às suas fronteiras, o que tem implicações para passagem de pessoas, turistas, comércio e diplomacia.

22 out

Acordo Mercosul-UE pode elevar exportações italianas ao Brasil em 40%. Segundo projeções da Italcam, com a ratificação do acordo entre o Mercosul e a European Union, as exportações da Itália ao Brasil poderiam crescer fortemente. Esta notícia remete diretamente ao tema do comércio internacional, inserção do Brasil em cadeias globais e seus vínculos com países europeus. Para o CACD, permite abordar como parcerias regionais (Mercosul-UE) afetam os interesses nacionais brasileiros — em especial a necessidade de diversificar mercados, mecanismos de regulação e os ganhos potenciais para o Brasil em exportações e atração de investimentos.

EUA e Qatar emitem advertência à UE sobre regras climáticas e direitos humanos corporativos. Estados Unidos e o Qatar enviaram carta conjunta à European Commission alertando que a Diretiva de Diligência Devida de Sustentabilidade Corporativa (CSDDD) da UE — que exige que empresas europeias mantenham cadeia de valor livre de violações de direitos humanos e danos ambientais — ameaça a competitividade, investimentos e fornecimento de gás liquefeito ao bloco. Essa notícia é relevante para o CACD porque demonstra a interseção entre direitos humanos, meio ambiente, comércio internacional e política externa europeia. Permite ao candidato analisar como a Europa regula empresas globalmente, quais implicações isso tem para parceiros como o Brasil e como o Brasil pode se posicionar em relação a regimes regulatórios europeus que impactam comércio, investimentos e valores.

23 out

Brasil e nações europeias pedem ratificação rápida do acordo Mercosul-UE em meio à guerra comercial. Brasil, juntamente com diversos Estados-membros da UE (como Alemanha, Espanha), faz pressão pela ratificação do acordo Mercosul-UE ainda em 2025 — visto como contrapeso à guerra comercial impulsionada pelos EUA. Para o CACD, essa informação é estratégica porque aborda o dinamismo da diplomacia econômica brasileira e sua interação com blocos europeus em contexto global de competição multipolar. Também conecta temas de política externa (como diversificação de parceiros), comércio internacional, governança de blocos e a inserção brasileira no Sul global.

PAÍSES DO ORIENTE MÉDIO

2 out

Interceptação de barcos da ‘Global Sumud Flotilla e detenção de cidadãos brasileiros por Israel. O governo brasileiro emitiu nota de repúdio após a marinha de Israel interceptar, em águas internacionais, embarcações da flotilha Global Sumud com ativistas civis — entre os quais se encontravam cidadãos brasileiros e uma parlamentar brasileira. O Brasil exige a liberação imediata e incondicional dos detidos e assinala que a ação viola o direito internacional marítimo e os direitos humanos. Essa notícia é relevante para o CACD porque ilustra de forma concreta como a política externa brasileira — em especial nos temas de direitos humanos, solidariedade internacional e relações com o mundo árabe/palestino-israelense — opera no campo prático. Também ajuda a entender como o Brasil gerencia crises de cidadãos no exterior, cooperação ou conflito diplomático, e se posiciona em arenas multilaterais de alto risco.

5 out

Benjamin Netanyahu enfrenta reação de ultradireita enquanto Donald Trump pressiona pela paz em Gaza. O primeiro-ministro israelense enfrenta forte oposição dentro de sua coalizão de direita ao plano de paz proposto por Trump para a faixa de Gáza, que prevê desarmamento de Hamas e reorganização da

governança local. Para o CACD, essa notícia é importante por diversos motivos: mostra como as dinâmicas internas israelo-palestinas afetam a política externa da região; evidencia a interligação entre política interna (instabilidade governamental em Israel) e geopolítica; e permite refletir sobre como o Brasil, ao formular sua política externa, necessita acompanhar as mudanças no Oriente Médio, incluindo atores não-estatais, regimes de segurança e diplomacia de conflito.

18 out **Irã anuncia fim oficial do acordo nuclear de 10 anos.** O Irã comunicou que estava se desvinculando formalmente do acordo nuclear de 2015 (JCPOA), declarando que não mais aceitará suas restrições, em face da reimposição de sanções da ONU no mecanismo de snap-back.

Chefe de Direitos Humanos da ONU convoca todos os atores a colocarem direitos humanos no centro da reconstrução de Gaza. O Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos divulgou que, no “dia depois” do fim da violência em Gaza, é fundamental que os direitos humanos sejam pilares da reconstrução e da paz — numa declaração que busca pressionar países do Oriente Médio e parceiros internacionais a incorporar essa lógica. Essa notícia é estratégica para o CACD, pois aborda a interface entre política externa (orientações dos atores internacionais), economia da reconstrução, direitos humanos e governança pós-conflito — todos temas de peso para a prova, especialmente em “Política Externa Brasileira” e “Relações Internacionais”.

21 out **Emirados Árabes Unidos apresentam embaixador ao Brasil.** O embaixador Sharif Essa Al Suwaidi dos Emirados Árabes Unidos (EAU) apresentou credenciais ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e na ocasião ambos os países exploraram formas de ampliar cooperação em diversas áreas, conforme anúncio oficial.

27 out **MBRF Food Group do Brasil assina acordo com empresa da Arábia Saudita para joint venture no Oriente Médio.** A empresa brasileira MBRF (resultado da fusão entre BRF e Marfrig) firmou acordo com a subsidiária da empresa saudita HPDC para criação de uma joint venture voltada ao mercado do Oriente Médio, com ativos avaliados em cerca de US\$ 2,07 bilhões e plano de abertura de capital em Riade. Do ponto de vista do CACD, essa notícia traz a dimensão econômica da política externa brasileira — a diplomacia comercial e de investimentos em países árabes — além de conectar o Brasil ao mundo do Golfo. É uma excelente entrada para analisar temas como “cooperação Sul-Sul”, “investimento estrangeiro direto”, “agronegócio brasileiro” e o papel crescente dos países do Golfo na economia global, bem como suas implicações para a inserção internacional do Brasil.

31 out **Crescente padrão de violência contra trabalhadores humanitários em Gaza e Sudão.** O Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV) alertou que trabalhadores humanitários em

Gaza e no Sudão estão sendo cada vez mais visados, com mortes recentes de voluntários da Cruz-Vermelha e uso extensivo de violência contra civis. Esse tipo de incidente revela fragilidades no respeito ao direito internacional humanitário na região do Oriente Médio e prova como Estados ou atores não-estatais podem comprometer a segurança de missões de ajuda. Para o CACD, trata-se de um tema relevante porque conecta política externa (ajuda humanitária, diplomacia de crise) com direitos humanos e segurança internacional — domínios que o futuro diplomata deve dominar.

LUMEN
— EX STUDIO, LUX —